



Senado aprova PEC que barra criação de despesa sem receita

Texto atende estados e municípios e teve a votação concluída ontem em Plenário. Por ter recebido emenda, volta para nova análise da Câmara

Jonas Pereira/Agência Senado



A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 128/2015 impede a criação de leis que transfiram encargos financeiros para estados, municípios, Distrito Federal e União sem que haja fonte de receita definida ou repasse de recursos pelo governo federal.

A redação final da PEC foi aprovada ontem em Plenário com uma emenda apresentada por Cristovam Buarque. A sugestão do senador preserva as regras de reajuste dos pisos salariais nacionais dos professores

do ensino básico, dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate a endemias. Com a mudança no texto, a PEC volta à Câmara para novo exame dos deputados.

Outra emenda proibia a União de reduzir alíquotas de impostos sem que estados e municípios fossem compensados pela perda de arrecadação. Mas foi rejeitada.

A PEC 128 tem o mesmo objetivo da PEC 84/2015, que foi aprovada em agosto pelo Senado e também depende de análise da Câmara dos Deputados. **3**

Renan (C) preside sessão do Plenário observado por Viana (D) e Cristovam (3º à dir.), que apresentou emenda à PEC

CPI do Futebol vai quebrar sigilos de dirigentes de confederação

Um diretor da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), ex-dirigentes da entidade e empresários suspeitos de envolvimento em es-

queima de corrupção na Copa do Mundo terão o sigilo quebrado pela CPI. O presidente em exercício da CBF será convidado a testemunhar. **6**



Jucá (E) e Romário na reunião da CPI que aprovou 13 requerimentos

Vai para Plenário PEC que centraliza ações trabalhistas contra a União

De acordo com proposta aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ações trabalhistas contra a União devem ir só

para a Justiça Federal. Hoje, parte vai para as Justiças estaduais, que costumam ter entendimentos conflituosos sobre certas questões. **5**

Relatório aponta falhas em plano de saneamento **6**

Proposta amplia poder dos estados para criar leis **4**

Aposentadorias especiais podem ter lei única **5**

General tem nome aprovado para tribunal militar **4**

Texto busca maior garantia em regras de concessões **7**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Aumento da pensão foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça

Avançam projetos de apoio a vítimas da talidomida

Dois projetos aprovados ontem em comissões do Senado beneficiam vítimas da síndrome da talidomida. Um deles aumenta o valor de referência para o cálculo da pensão paga às pessoas com deficiências causadas pela síndrome. O outro estabelece aposentadoria especial para os afetados. **8**

Começa análise sobre segurança de barragens

A Comissão Temporária da Política Nacional de Segurança de Barragens deve apresentar até abril relatório sobre a situação da área no país. Ontem foi aprovado o plano de trabalho do colegiado, que envolve audiências públicas, diligências e pedidos de informação. **7**



Rompimento de barragem em Minas Gerais motivou o trabalho da comissão

Corpo de Bombeiros-MG

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Representantes da Polícia do Senado, da Câmara e de outras instituições debateram proposta do senador Dário Berger (C)

Policiais legislativos defendem dia da categoria

Audiência discutiu proposta que define 23 de junho como o Dia do Policial Legislativo. Integrantes de corporações destacam caráter democrático da atividade e dificuldade de regulamentação nos estados

REPRESENTANTES DA POLÍCIA legislativa do Senado, da Câmara dos Deputados, de assembleias legislativas e da Câmara Legislativa do Distrito Federal defenderam ontem a criação do Dia do Policial Legislativo em 23 de junho. O assunto foi debatido em audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esportes (CE), a pedido do senador Dário Berger (PMDB-SC), que assinou a proposta, ao final dos debates.

Para Dário, a data é uma “homenagem ao profissional que personaliza uma conquista cara ao livre e normal funcionamento de um dos Poderes do Estado e, portanto, à defesa nacional”.

O diretor da Polícia do Senado, Pedro Ricardo Araújo de Carvalho, afirma que a “polícia legislativa é um dos pilares da independência do Poder Legislativo, ao criar um ambiente tranquilo para o trabalho dos senadores, deputados e servidores”.

A iniciativa de apresentar o projeto, segundo o diretor

da Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados, Paulo Marques Pereira da Paixão, atende um antigo anseio da categoria. Para ele, “a polícia legislativa tem grande relevância na consolidação da democracia ao exercer seu papel de garantidor do pleno exercício da cidadania”.

No debate, o presidente da União Nacional de Polícias Legislativas, Geraldo Magela da Silva Neto, lamentou que a regulamentação dessas corporações seja mais difícil nos estados. Ele lembrou que atualmente apenas nove estados, além do DF, conseguiram instalar polícias legislativas.

Homenagem

O representante da Associação da Polícia do Congresso Nacional, Robson José Gonçalves, disse que muitas pessoas consideram dispensável o trabalho da polícia legislativa, mas esquecem que nos edifícios do Congresso e das assembleias legislativas “ocorrem muitas ações que exigem a ação policial, a exemplo de

crimes e de conflitos”. Para ele, a criação do Dia do Policial Legislativo é uma homenagem “mais do que justa”.

Para a escolha da data de 23 de junho, Dário Berger se inspirou na Revolução Francesa. Ele explicou que naquela data, em 1789, a Assembleia Nacional francesa foi cercada pelo regimento da guarda do corpo real, liderada pelo próprio rei Luís XVI, sob o pretexto de proteger o parlamento. Mas os membros da assembleia interpretaram como um ato de intimidação e barraram a entrada do corpo policial e do rei. A Assembleia Nacional francesa, naquele momento, decretou a imunidade dos seus membros e da sede do parlamento, sob o argumento de que “a polícia da sala onde a Assembleia se reúne só pode pertencer à própria Assembleia”. O poder de polícia parlamentar foi consagrado na primeira constituição francesa, de 1791.

Após a assinatura, o projeto de lei terá que passar por comissões do Senado e, se aprovado, seguirá para a Câmara.

Agripino assume como líder do Bloco da Oposição

O senador José Agripino (DEM-RN) foi anunciado como novo líder da Oposição na Casa. Ele substituiu Alvaro Dias (PV-PR).

O Bloco da Oposição, com 15 senadores, é formado por PSDB (10), DEM (4) e PV (1). Agripino destacou a união dos partidos de oposição como prioridade.

— O momento vivido pelo país exige uma oposição unida e ativa. Vamos manter o foco na reconstrução do Brasil. Essa é nossa missão na liderança.

Agripino defendeu que os



Agripino vai liderar bloco formado por senadores do PSDB, DEM e PV

partidos de oposição analisem juntos as propostas de reformas estruturantes, mas ressaltou a necessidade de a base go-

vernista apresentar unidade na condução dos trabalhos legislativos.

— O governo precisa mostrar unidade. O que não vamos concordar é que, estabelecida uma agenda, a oposição vote a favor de temas que uma banda do PT vota de um jeito e a outra parte vota de outro.

Na terça-feira, o presidente do Senado, Renan Calheiros, fez com o PSDB a primeira de uma série de reuniões com partidos para buscar entendimento sobre as próximas votações.

Siga Brasil ficará fora do ar hoje para atualização de banco de dados

O Siga Brasil, ferramenta que permite acesso facilitado a bases de dados sobre o Orçamento, ficará indisponível hoje das 19h às 23h. A Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado atualizará o software do banco de dados.

Outros sistemas também sairão temporariamente do ar, como o Portal de Dados Federativos, que reúne dados de relações financeiras entre os estados. Serão ainda atingidos pela atualização o

GeoSiga, sobre transferências a estados e municípios por interface georreferenciada, e a parte interativa do relatório da Presidência do Senado 2015.

- Siga Brasil**
<http://bit.ly/SIGABrasil>
- Portal de Dados Federativos**
<http://bit.ly/DadosFederativos>
- GeoSiga**
<http://bit.ly/GeoSIGA>
- Relatório da Presidência**
<http://bit.ly/presidencia2015>

Cristovam deixa PDT para ingressar no PPS

O senador Cristovam Buarque, do Distrito Federal, anunciou que está deixando o PDT para integrar o PPS. Segundo ele, a motivação é a mesma que o levou a deixar o PT em 2005: a falta de compromisso com os valores que o partido já teve no passado.

Para Cristovam, o fato de o PDT ser aliado do governo em vez de oferecer proposta alternativa faz com que este seja em “um terreno lamacento”.

Ele disse que, apesar de seus apelos, o PDT não se tornou independente, o que o levou a ter que mudar.



Lasier quer derrubar veto sobre vinhos

Veto a um artigo da MP 690/2015 provocou aumento exorbitante dos impostos sobre bebidas quentes, especialmente vinhos e espumantes, do qual o Rio Grande do Sul é o maior produtor nacional, disse Lasier Martins (PDT-RS).

O senador defendeu a rejeição pelo Congresso do veto que, se mantido, alertou, representará a destruição de empresas e empregos no setor vitivinícola. No caso do vinho, disse, a elevação varia de 245% a 1.289%.

— Esse veto vem destruir empresas e empregos.



Fotos: Edilson Rodrigues/Agência Senado

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CRA/SENADO DO FUTURO** *Aedes*
8h Audiência sobre tecnologias de combate ao *Aedes aegypti*. Entre os convidados, pesquisadores da Embrapa.
- CRE** *Embaixador na Coreia*
10h Sabatina do indicado para a embaixada na Coreia. Depois análise de projeto sobre brigadas de incêndio voluntárias.
- PRESIDÊNCIA** *Sessão solene*
11h Renan Calheiros participa de sessão solene e, às 16h, preside a ordem do dia.

- CONGRESSO** *Reforma eleitoral*
11h Sessão solene para promulgar a Emenda 91/2016, que reforma instituições político-eleitorais.
- CDH** *Terceirização*
14h Audiência pública, em Mato Grosso, sobre o projeto que regulamenta a terceirização de serviços.
- PLENÁRIO** *Medida provisória*
14h A pauta está trancada pela MP 692, que eleva tributos sobre ganho de capital.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



- Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa>
- **Alô Senado:** 0800 612211
- **Acompanhe:** • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania
- Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Jonas Pereira/Agência Senado

Renan conduz a sessão em que o Plenário aprovou a PEC que limita a criação de encargos para estados e municípios

Aprovada PEC que protege cofres estaduais e municipais

De acordo com a proposta, que agora vai para a Câmara, o governo federal ficará proibido de criar programas a serem executados por governadores e prefeitos se não transferir as verbas correspondentes

O SENADO APROVOU ontem, em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição que impede a criação de leis que imponham encargos financeiros a estados e municípios sem a indicação da fonte de receita ou a respectiva transferência de recursos por parte do governo federal.

A PEC 128/2015 foi aprovada por unanimidade e, por ter recebido emendas, volta para a Câmara dos Deputados.

Os senadores aprovaram a emenda de Cristovam Buarque (PDT-DF) que mantém as regras de reajuste do piso salarial nacional dos professores do ensino básico, dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate a endemias.

Foi rejeitada a emenda de Ricardo Ferraço (sem partido-ES) que proíbe a União de reduzir alíquotas de impostos sem que estados e municípios sejam recompensados pela perda de arrecadação decorrente das desonerações. A discussão da emenda dividiu o Plenário, opondo os senadores de estados mais desenvolvidos aos de menos desenvolvidos.

De autoria do deputado Mendonça Filho (DEM-PE), a proposta aprovada ontem tem a mesma finalidade da PEC

84/2015, que foi aprovada em agosto pelo Senado e espera a análise da Câmara.

Assim como o texto dos deputados, a proposta articulada pela senadora Ana Amélia (PP-RS) busca atender uma antiga reivindicação de estados e municípios contra a criação de programas federais com execução a cargo estadual ou municipal.

Os entes federados alegam não ter mais como assumir os crescentes encargos decorrentes desses programas.

O texto estabelece que os atos sobre os repasses de serviços e encargos somente poderão vigorar se existir dotação orçamentária para o pagamento das despesas decorrentes.

Texto semelhante

Uma emenda do senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), aceita pelo relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Humberto Costa (PT-PE), tornou o texto da PEC 128/2015 semelhante ao texto original da PEC 84/2015.

Humberto Costa concordou com a justificativa dos deputados de que a emenda é necessária como forma de assegurar o equilíbrio financeiro dos entes nacionais e

sua capacidade de executar políticas públicas.

O senador afirma em seu relatório que as alterações na Constituição são importantes inclusive para proteger o Orçamento da União.

Dotação

Isso porque fica vedada a aprovação de qualquer ato normativo sem que exista dotação orçamentária federal destinada a seu pagamento ou que esteja baseado em aumento permanente de receita ou redução perene de despesa no âmbito federal. O objetivo é compensar os efeitos financeiros da nova obrigação assumida.

Também participaram dos debates: Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Antonio Anastasia (PSDB-MG), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Blairo Maggi (PR-MT), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Eunício Oliveira (PMDB-CE), Fátima Bezerra (PT-RN), José Agripino (DEM-RN), José Pimentel (PT-CE), Omar Aziz (PSD-AM), Otto Alencar (PSD-BA), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Roberto Requião (PMDB-PR), Ronaldo Caiado (DEM-GO), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Waldemir Moka (PMDB-MS) e Walter Pinheiro (PT-BA), entre outros.

Renan define pauta de votações em conjunto com os líderes

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que fará sucessivas reuniões com os líderes partidários para divulgar, na semana que vem, uma pauta construída com a participação de todas as bancadas. A intenção, segundo ele, é criar condições para votar as propostas consideradas mais polêmicas.

No início do ano legislativo, Renan já havia anunciado a disposição de abordar temas controversos, como o fim da participação obrigatória da Petrobras no pré-sal e a autonomia do Banco Central.

— Vamos ter divergências, mas temos que deliberar. Quando o Congresso não delibera, criamos condições

para que os outros Poderes legissem. Isso é muito ruim. Quando acontece, significa que não estamos cumprindo o nosso papel — alertou.

O presidente já teve conversas com o líder do Bloco da Maioria (PMDB-PMB), Eunício Oliveira (PMDB-CE), e informou que na segunda-feira anunciará uma pauta “intermediária”, com a lista provisória de propostas prioritárias, a ser refinada em reuniões com as demais bancadas. Para terça, Renan tem encontros marcados com os blocos de Apoio ao Governo (PT-PDT), União e Força (PTB-PR-PSC-PRB) e Socialismo e Democracia (PSB-PPS-PCdoB-Rede).

Sessão temática vai debater epidemia de zika no país

O Senado vai fazer no dia 25 uma sessão temática para debater a epidemia do vírus Zika. O requerimento para a sessão especial, de Lasier Martins (PDT-RS), foi aprovado em Plenário ontem. Lasier argumentou que a sessão vai permitir avaliar “as reais dimensões da epidemia do vírus Zika no Brasil, bem como averiguar os meios para conter a propagação do mosquito *Aedes aegypti* em território nacional”.

Em seu requerimento, Lasier argumenta que a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que o Zika pode afetar entre 3 e 4 milhões de habitantes nas Américas, onde já está presente em vários países. A entidade já considera a situação como de emergência internacional. O senador acrescenta que, a despeito de o vírus ser identificado desde a década de 1940, apenas agora se espalhou mundo afora.

Lasier diz ainda que o Brasil se tornou o epicentro da epidemia em razão da existência endêmica, no país, do mosquito *Aedes aegypti*

— já conhecido transmissor da dengue, em suas diversas variações, e de outras doenças, caso da febre amarela, da chicungunha e da própria zika. Apenas no ano passado, 1,6 milhão de brasileiros foram vítimas da dengue.

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) sugeriu convidar para a sessão a médica Adriana Melo, pioneira brasileira em fazer a relação entre o vírus Zika e a microcefalia. Eduardo Amorim (PSC-SE) apoiou a sugestão e classificou Adriana como médica “corajosa” e “competente”. Já Fátima Bezerra (PT-RN) sugeriu um convite ao professor Ricardo Valentim, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que desenvolveu aplicativo que pode auxiliar no combate à dengue. Walter Pinheiro (PT-BA) pediu a presença de um representante da Fiocruz.

O Plenário também aprovou uma sessão especial, na segunda-feira, para celebrar o Dia Nacional do Aposentado, comemorado em 24 de janeiro. O requerimento é de Paulo Paim (PT-RS).

Plenário acata novo embaixador do Brasil no arquipélago de Granada

Os senadores aprovaram ontem, no Plenário, com 56 votos favoráveis, a indicação de Zenik Krawttschuk para a embaixada do Brasil em Granada.

Durante sabatina na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), realizada em dezembro, Krawttschuk destacou a preocupação dos granadinos com o aquecimento global e a consequente elevação do nível do mar. O pequeno arquipé-

lago da América Central tem 350 quilômetros quadrados e é formado por três ilhas. A principal atividade econômica de Granada é o turismo.

— Em 2014, o país, que tem 110 mil habitantes, recebeu 230 mil turistas, a maioria vinda em cruzeiros. A segunda maior receita vem dos emigrantes que foram para os Estados Unidos e mandam divisas de volta para seus familiares — explicou Krawttschuk na CRE.

Líder do PT é contra mudança em exploração do pré-sal

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), afirmou que o partido é contra o projeto que revoga a participação obrigatória da Petrobras na exploração do pré-sal (PLS 131/2015). A proposta do senador José Serra (PSDB-SP) tramita em regime de urgência e está na pauta do Plenário.

Humberto alegou que, com o atual preço do barril de petróleo, não há justificativa para urgência na votação. Para ele, é importante mais esclarecimento das vantagens da proposta.

— A bancada quer, antes de votar, fazer um debate com senadores e representantes do governo para tentar construir um posicionamento, mas em princípio a nossa posição será contrária.

Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, o projeto já foi bastante discutido e, portanto, será mantido como prioridade na pauta.

— A Petrobras está com um déficit de R\$ 500 bilhões e a obrigatoriedade para que ela participe de todos os investi-



Jonas Pereira/Agência Senado

Para Humberto, é preciso ainda esclarecer vantagens da proposta

mentos com pelo menos 30% não tem mais sentido — disse Renan.

PEC aprovada na Comissão de Constituição e Justiça estabelece que a União perde a competência privada de legislar sobre trânsito, transporte, licitações e contratações

Estados devem ter mais poder para criar leis

A UNIÃO PODERÁ perder a competência de legislar privativamente sobre assuntos como trânsito, transporte, licitações e contratações. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 47/2012, que deverá permitir aos estados e ao Distrito Federal legislar de forma concorrente sobre esses temas.

Com a decisão da CCJ, a PEC seguirá para votação do Plenário do Senado, em dois turnos. Se aprovada, será encaminhada à Câmara dos Deputados.

De autoria das assembleias legislativas, a PEC amplia a competência legislativa estadual também para instituir normas sobre organização, efetivos, material bélico, ga-



Leopoldo Silva/Agência Senado

De autoria das assembleias, proposta sobre a competência legislativa dos estados abrange a área de transportes

rantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares. Pelo artigo 22 da Constituição, atualmente essa competência é privativa da União.

O relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), apresentou um substitutivo que afastou algumas preocupações expostas em audiência pública no dia 22 de outubro de 2015, como

os eventuais riscos na edição de leis estaduais sobre direito processual. O novo texto, que exclui essa possibilidade por sugestão de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), foi apro-

vado por unanimidade pela comissão.

Os estados e o Distrito Federal, conforme esse substitutivo, passarão a ter competência também para estabelecer normas sobre política agrícola, em conjunto com a União. Essa foi a solução encontrada pelo relator para o texto original, que abria a possibilidade de esses entes federativos legislar sobre direito agrário, outro ponto polêmico que foi excluído.

O artigo 24 da Constituição estabelece que a competência da União, na legislação concorrente, é de estabelecer normas gerais. O substitutivo de Antonio Anastasia esclarece que essas normas gerais devem versar sobre princípios, diretrizes e institutos jurídicos.

Comissão especial da Agenda Brasil retoma trabalhos



A Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional (CEDN) retomou os trabalhos ontem. O colegiado é responsável pela Agenda Brasil — pauta apresentada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, com o objetivo de incentivar a retomada do crescimento econômico do país.

A comissão começou a discutir o Projeto de Lei do Senado (PLS) 433/2015, que aumenta a participação mínima obrigatória das fontes renováveis alternativas na matriz elétrica brasileira. A Lei 10.438/2002 obriga a participação mínima de 10% de três fontes alternativas — eólica, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas — na matriz elétrica nacional, percentual a ser alcançado em 2022. O texto previa alterar a lei, visando aumentar esse piso para 15%, a ser alcançado em 2025.

De Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), o projeto estabelece a ampliação do leque de fontes alternativas elegíveis para o alcance desse novo

percentual, incluindo todas as fontes renováveis alternativas, com expressa citação das fontes termossolar, fotovoltaica, biogás, maremotriz, ondomotriz e hidrogênio. No relatório final, Romero Jucá (PMDB-RR) elevou o percentual para 20%. Simone Tebet (PMDB-MS) leu o relatório de Jucá, que deve ser votado na próxima semana.

Segurança pública

Por conta de uma emenda de Humberto Costa (PT-PE), o PLS 72/2014 voltou à pauta da comissão. O projeto, aprovado em outubro do ano passado, instaura o sistema “repassa fundo a fundo”, pelo qual 60% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) serão repassados pela União automaticamente a fundos municipais, estaduais ou distritais de segurança pública, desde que contem com conselho gestor, plano local de segurança pública e previsão orçamentária de recursos.

A emenda previa a criação de programas específicos para a transferência de recursos, com o objetivo de estabelecer linhas de financiamento para o setor

de segurança pública. O relator, Blairo Maggi (PR-MT), rejeitou a emenda apresentada, que iria “contra a natureza da proposta”, de desburocratizar os repasses. Com a rejeição da emenda, o projeto volta ao Plenário.

O presidente da comissão, Otto Alencar (PSD-BA), informou que, por conta de um recurso, o PLS 186/2014 será apreciado pelo Plenário. Aprovado na comissão em dezembro do ano passado, o projeto regulamenta os jogos de azar, abrindo a possibilidade de instalação de cassinos e bingos no país. Como o projeto tramitava em caráter terminativo, iria direto para a Câmara. Agora, com o recurso apresentado, terá de ser debatido ainda no Plenário do Senado.

Autorizada inicialmente a trabalhar até o fim do ano passado, a comissão teve o prazo ampliado até o fim deste ano. O requerimento foi apresentado por Otto Alencar, que lembrou as atividades da comissão no ano de 2015:

— Foram 20 matérias aprovadas nesta comissão. Quero agradecer o empenho de todos os senadores membros.

Plenário aprova indicação de ministro para tribunal militar

O Plenário aprovou ontem a indicação do general de exército Marco Antônio de Farias para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM), na vaga decorrente da aposentadoria do general Fernando Sérgio Galvão. A aprovação da indicação, relatada por Valdir Raupp (PMDB-RO), será comunicada à Presidência da República.

Militar há 48 anos, o general comandou a Academia Militar das Agulhas Negras (Aman) e assumiu, entre outros cargos, a subchefia do Estado-Maior do Exército em Brasília.

Sabatinado pela manhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde a indicação foi aprovada por unanimidade, Farias sustentou que o Exército “cumpre rigorosamente o arcabouço constitucional”, e se comprometeu a resguardar os pilares da hierarquia e disciplina em sua atuação no STM.

A sabatina teve questões específicas ligadas à Justiça Militar. Raupp questionou o general, por exemplo, sobre estudo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que sugere a atuação da Justiça Militar também em delitos administrativos. O indicado para o STM concordou sobre a ampliação dessa competência, hoje restrita à esfera criminal.

— As medidas administrativas são descentralizadas pelos diversos quartéis e nem sempre há homogeneidade sobre a decisão dessas medidas.

Em seguida, os senadores pelo PSDB Antonio Anastasia (MG) e Aloysio Nunes Ferreira (SP) se manifestaram



Marcos Oliveira/Agência Senado

General de exército Marco Antônio de Farias vai assumir vaga no STM

favoráveis à manutenção dos tribunais de justiça militar em alguns estados.

— Eu já fui réu perante o STM. Uma vez fui condenado e outra, absolvido. Mas sou favorável a sua manutenção pela experiência que adquiri desse tempo para cá — argumentou Aloysio.

Simone Tebet (PMDB-MS) questionou o general sobre projeto de lei (PLS 65/2009) de Magno Malta (PR-ES) que insere o crime de assédio sexual no Código Penal Militar (CPM). Ela é relatora da proposta na CCJ. Seu temor é de que a iniciativa constranja, em vez de incentivar, militares do sexo feminino a denunciar prática de assédio sexual. A extensão da punição pelo crime preocupa a relatora, já que não haveria risco de perda de patente ou expulsão do militar agressor.

— O respeito à presença feminina é muito grande (em dependências militares), até porque ela se impõe. O Exército não aceita comportamentos que fujam aos instrumentos legais, preconceito e discriminação — assegurou o indicado para o STM.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Entre Flexa e Blairo, o presidente do colegiado, Otto Alencar, informou que texto sobre jogos de azar voltará ao Plenário

PEC centraliza na Justiça Federal ações trabalhistas contra a União

Texto, que vai a Plenário, evita que processos sejam remetidos às Justiças estaduais, que têm entendimento divergente sobre certas questões

FOI APROVADA ONTEM pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) uma proposta de emenda à Constituição que transfere das Justiças estaduais para a Justiça Federal a competência para o julgamento de causas decorrentes de acidentes de trabalho nas quais a União, suas autarquias e empresas públicas e as sociedades de economia mista federal sejam parte envolvida.

A proposta agora vai para o Plenário do Senado.

A PEC 127/2015 foi apresentada pelo senador José Pimentel (PT-CE) com o objetivo de agilizar o julgamento de ações previdenciárias.

De acordo com o senador, a Justiça Federal tem sido mais rápida no julgamento dos processos.

— Considerando a expertise da Justiça Federal no julgamento da matéria previdenciária, seu índice de julgamento é bastante superior ao da Justiça estadual, quando esta processa e julga matérias que são objeto de delegação.



José Pimentel, autor do texto aprovado na Comissão de Constituição e Justiça

Em 2011, enquanto a Justiça Federal julgou 34% de todos os processos em tramitação, a Justiça estadual, em relação às matérias de competência delegada, no mesmo período julgou apenas 11% — afirmou Pimentel.

Unificação

De acordo com o autor, a alteração constitucional permitirá a centralização das demandas relativas à concessão ou revisão de benefícios previdenciários

na Justiça Federal, trazendo inquestionáveis ganhos para os segurados.

A unificação, de acordo com ele, vai possibilitar a apresentação num mesmo processo de pedido alternativo de benefício acidentário ou de benefício previdenciário, o que contribuirá para a redução de litígios e de desgastes provocados pelos conflitos de competência entre a Justiça Federal e a Justiça estadual.

A proposta de emenda à Constituição também transfe-

re para a competência federal as causas em que sociedades de economia mista federais figurem como autoras, rés, assistentes ou oponentes, salvo as ações de falência.

Discrepâncias

De acordo com o relator, senador José Maranhão (PMDB-PB), essa alteração [do texto constitucional] é necessária porque hoje a União, titular do controle das sociedades de economia mista, estaria sujeita a entendimentos adotados por cada um dos tribunais estaduais, eventualmente discrepantes entre si, visto que “são atraídas para a competência estadual demandas e temas cuja tipicidade está associada à Justiça Federal”.

Nessa situação, estão, de acordo com o relator, mandados de segurança impetrados contra dirigentes de ente federal, ação popular e ação civil pública, em especial relacionadas às questões de improbidade administrativa, meio ambiente e defesa do consumidor.

Inflação deveria corrigir tabela do IR, diz Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) disse que o governo federal pune o trabalhador ao não corrigir a tabela do Imposto de Renda pela inflação, que já passou dos 10%. Ela citou especialistas que afirmam que o aumento da inflação e a consequente correção salarial fazem o trabalhador isento cair nas faixas de contribuição.

Por isso, ela defendeu a aprovação do PLS 2/2014, que estabelece que a tabela seja corrigida pela inflação.

— Se a tabela estivesse corrigida pela inflação, o contribuinte poderia ter um alívio no valor do imposto.



Para Ferraço, nova resolução prejudica fundos

Ricardo Ferraço (sem partido-ES) apresentou um decreto legislativo que susta a resolução do Conselho Monetário Nacional que em dezembro definiu novos encargos financeiros para os fundos constitucionais.

A medida, disse ele, aumentou as taxas de juros em 80%, inviabilizando as operações dos fundos, que alavancam o desenvolvimento das regiões mais pobres do país. Ferraço explicou que as taxas de juros concedidas a empresas de pequeno porte passarão a ser as mesmas concedidas às de grande porte, o que ele considera um equívoco, que espera ver corrigido rapidamente.

Venezuela já trata brasileiros bem, afirma Telmário

Telmário Mota (PDT-RO) crê que surtiu efeito a reclamação que fez às autoridades da Venezuela

sobre problemas que brasileiros tiveram no país. Segundo relatos feitos em 2015 pelo senador, turistas foram vítimas de furtos, roubos e até maus-tratos por autoridades policiais. Inclusive houve assassinato, acrescentou.

Mas, segundo o senador, isso mudou. Em viagem recente à Venezuela, ele relatou que foi tratado com gentileza.

— Agradeço a todos aqueles a quem enviei ofício solicitando providências.



Fotos: Edilson Rodrigues/Agência Senado

Projeto consolida leis de aposentadoria especial

A COMISSÃO DE Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou ontem um projeto de lei que consolida numa única norma todas as regras para a concessão de aposentadoria especial — um direito que é assegurado aos trabalhadores que exerçam atividades prejudiciais à saúde ou à integridade física.

Hoje as regras para a aposentadoria especial estão dispersas em diferentes leis, decretos e portarias.

O PLS 233/2003 — Complementar, de Paulo Paim (PT-RS), foi aprovado na forma do substitutivo apresentado pelo relator, Acir Gurgacz (PDT-RO), que incluiu mudanças sugeridas pelo autor.

Uma delas é a permissão para que o laudo técnico-profissional seja expedido não apenas por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho.

Assim, o documento também poderá ser emitido pelo Ministério do Trabalho e pelas delegacias regionais do Trabalho.

Laudo

O regime especial permite que os trabalhadores que tenham exercido atividades consideradas insalubres se aposentem com 15, 20 ou 25 anos de trabalho.



Acir Gurgacz, que teve seu substitutivo aprovado na Comissão de Infraestrutura

O projeto de lei admite a concessão provisória da aposentadoria especial para trabalhadores que, mesmo não dispondo de laudo técnico-pericial para comprovar a exposição a agentes nocivos, apresentem razoável prova material que torne sua condição especial passível de comprovação — como anotações na carteira de trabalho.

Conforme já está previsto na legislação atual, o segurado precisa comprovar um número mínimo de 180 contribuições mensais (o equivalente a 15 anos) para requerer a aposentadoria

especial pelo Regime Geral de Previdência Social.

Tais contribuições têm como base alíquotas acrescidas de 12, 9 ou 6 pontos percentuais, conforme o grau de nocividade à saúde da atividade exercida, o que possibilita a aposentadoria com 15, 20 ou 25 anos de contribuição, respectivamente.

Motoboys

No substitutivo, Gurgacz também deixa a cargo do Poder Executivo a definição de índices para conversão do tempo de trabalho exercido em condições especiais em

tempo comum. A seu ver, esses índices não devem ser fixados em lei, uma vez que a classificação de uma atividade como prejudicial à saúde ou à integridade física varia, entre outras razões, conforme o avanço da tecnologia.

O relator votou pela rejeição de um projeto que tramita em conjunto com o de Paim, o PLS 177/2013, que concedia aposentadoria especial para motoboys e mototaxistas. Segundo Gurgacz, esse benefício já está adequadamente previsto no PLS 233/2003.

O projeto de Paim havia sido aprovado em 2009 na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde recebeu um artigo prevendo a possibilidade de os filiados a cooperativa de trabalho e de produção também recorrerem ao benefício da aposentadoria especial. Esse ponto foi mantido pelo relator.

Impacto financeiro

O projeto de Paim incluía um requerimento para que o projeto de Paim seja encaminhado também para votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), pedido que foi aprovado. No entender do relator, é importante que a CAE avalie o impacto financeiro da majoração das alíquotas de contribuição.

Em seu relatório, Gurgacz incluiu um requerimento para que o projeto de Paim seja encaminhado também para votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), pedido que foi aprovado. No entender do relator, é importante que a CAE avalie o impacto financeiro da majoração das alíquotas de contribuição.

CPI aprova quebra de sigilo de diretor da CBF

Também estão entre as pessoas que terão os dados investigados ex-dirigentes da entidade e empresários. A CPI ainda quer ouvir o presidente em exercício da confederação

A CPI DO Futebol aprovou ontem 12 requerimentos que pedem a quebra de sigilo de dados de pessoas e empresas. A comissão investiga casos de corrupção na Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e no Comitê Organizador Local da Copa do Mundo de 2014.

Entre os que terão o sigilo quebrado, estão o atual diretor de Gestão da CBF, Rogério Caboclo, o ex-secretário-geral Júlio César Avelleda, o ex-diretor financeiro Antônio Osório da Costa e o ex-tesoureiro Ariberto Pereira de Santos, todos também da CBF.

Os outros nomes são os empresários Lilian Cristina Martins, Wagner José Abrahão, Rita de Cássia Moreira e Fernando Jales Oliveira, além de Carolina Galan, ex-namorada do presidente licenciado da CBF, Marco Polo Del Nero. Entre as empresas, estão Atena Operadora Turística, Jat Imó-

veis e Zayd Empreendimentos 2025.

Outro requerimento aprovado pede que seja convidado, na condição de testemunha, o presidente em exercício da CBF, Antônio Carlos Nunes.

O presidente da comissão, Romário (PSB-RJ), ressaltou que foram detectados indícios de envolvimento dessas pessoas e empresas com o esquema de corrupção na Copa do Mundo.

— Nada aqui é por acaso ou por vontade do presidente. A gente tem dados para todas as coisas que estão acontecendo nessa CPI, elas têm uma lógica.

Carta

Durante a reunião, o senador leu uma carta enviada aos integrantes da comissão sobre o andamento dos trabalhos da CPI em 2015, na qual destacou a importância de depoimentos como o de Marco Polo Del



O senador Romário (E), ao lado de Zeze Perrella, diz que os pedidos baseiam-se em informações já obtidas pela CPI

Nero, em dezembro do ano passado.

Para Randolfe Rodrigues (Rede-AP), é fundamental que a CPI apresente resultados, pois atua “sob o olhar vigilante da sociedade brasileira”. Segundo o senador, existe uma

expectativa de que a investigação “modifique o rumo do futebol brasileiro”.

— Já tivemos nessa CPI uma prova incontestável de que a nossa entidade máxima do futebol se tornou um covil de ladrões. Um dos maiores esquemas de

corrupção que já se teve notícia. O resultado de 7 a 1 que a nossa seleção sofreu em 2014 tem consonância, tem diálogo direto com a forma com que o futebol brasileiro tem sido administrado — afirmou Randolfe.

Relator vê problemas em planos de resíduos e de saneamento

Relatório de Randolfe Rodrigues (Rede-AP) concluiu que o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) fracassou em seus objetivos e que o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) precisa sofrer alterações. O texto foi apresentado ontem à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

De acordo com o Regimento Interno do Senado, as comissões devem avaliar, todos os anos, políticas públicas desenvolvidas no país. O Plano de Resíduos Sólidos foi criado pela Lei 12.305/2010 e tem vigência de 20 anos. No entanto, ainda não é oficial, porque a minuta deveria ter sido apreciada por vários conselhos, entre eles o Conselho Nacional de Política Agrícola, que ainda não o fez.

Randolfe explicou que a última versão do PNRS tornada pública é de agosto de 2012 e estaria defasada. Na ausência de um plano oficial, o senador utilizou como parâmetro para avaliar o PNRS o cumprimento

dos prazos fixados pela lei, que deu quatro anos, a partir da sanção, para que estados e municípios fizessem a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos.

— De acordo com dados compilados em 2015 pelo Ministério do Meio Ambiente, apenas 39,8% dos 5.570 municípios brasileiros possuem aterros sanitários. Esse número sugere um fracasso da política, pois 100% dos municípios já deveriam estar adequados em 2014 — afirmou.

Os pequenos municípios,

explicou Randolfe, são os que têm maior dificuldade para dispensar rejeitos adequadamente.

Metas irreais

Criado pela Lei 11.447/2007, o Plano Nacional de Saneamento Básico fez, segundo o relatório, um diagnóstico correto da situação do país. No entanto, a crise econômica tornou as metas do plano ineficientes.

— O cenário adotado para dimensionamento e estimativa das metas a serem buscadas

e dos recursos a serem alocados revelou-se, no entanto, irrealista diante do quadro recessivo em que o Brasil se encontra — disse Randolfe.

Ele explicou que o Plansab ainda está em processo de avaliação, pois as metas de curto prazo foram fixadas para o ano de 2018.

Os senadores elogiaram a análise, mas a discussão do relatório foi suspensa por falta de quórum para a votação e deverá ser retomada na próxima reunião da CDR.

Debates

Na mesma reunião, a comissão aprovou quatro requerimentos para a realização de audiências públicas e seminários. O primeiro, de autoria de Randolfe Rodrigues, pede debate sobre a implantação da Zona Franca Verde, com a presença de governadores e representantes das federações de comércio dos estados do Amapá, Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre.

A comissão vai discutir

também o impacto do regime aduaneiro de *drawback* na produção cacaueteira. Esse regime consiste na devolução de tributos pagos na importação, caso a mercadoria seja reexportada ou usada na manufatura de produto exportado. Requerida por Lídice da Mata (PSB-BA), a audiência pública pretende rever a necessidade de manutenção desse regime no caso do cacau. O *drawback* foi instituído na Bahia para superar a vassoura-de-bruxa, doença causada por fungo que atinge o cacaueteiro.

Foi aprovado ainda requerimento de José Medeiros (PPS-MT) para realização de seminário na cidade de Nobres (MT) com o objetivo de debater o turismo na região.

Por fim, a comissão aprovou requerimento de Davi Alcolumbre (DEM-AP), que preside a CDR, para a realização de seminário sobre o Programa Welcome Chinese, que certifica hotéis, restaurantes e museus para receber turistas chineses.



Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Dalírio Beber e Simone Tebet, na comissão

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burtle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Comissão vai avaliar cumprimento de leis sobre segurança de barragens

Relator do colegiado, Ferrazo apresentou plano de trabalho que prevê audiência sobre obras em Mariana e diligência em Paracatu, Minas Gerais

A COMISSÃO TEMPORÁRIA da Política Nacional de Segurança de Barragens aprovou ontem o plano de trabalho proposto pelo relator, senador Ricardo Ferrazo (sem partido-ES). Os senadores da comissão vão investigar a situação das barragens com audiências públicas, diligências e pedidos de informações. Ferrazo informou que vai apresentar o relatório final em abril.

— É necessária a adequação do marco legal das barragens para conferir ao Estado brasileiro melhores condições para monitorar e evitar que novos acidentes aconteçam — disse.

A primeira audiência pública deve ser na semana que vem, em dia a ser confirmado. Nesse



Antonio Anastasia e Ricardo Ferrazo, presidente e relator da comissão temporária

encontro, a comissão vai debater e avaliar a situação técnica e legal da Barragem do Fundão, em Mariana (MG), antes do rompimento, em 5 de novembro. Os senadores querem saber se a Samarco — empresa

mineradora responsável pela barragem — seguia o previsto na Lei 12.334/2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens.

Entre os convidados, estão representantes da Samar-

co e do Ministério Público de Minas Gerais e o diretor de Fiscalização do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Walter Arcoverde.

Diligência

A comissão temporária decidiu que vai visitar a barragem de rejeitos de exploração de ouro da empresa Kinross Gold Corporation, na cidade de Paracatu (MG).

Nessa diligência, os senadores querem checar se estão sendo respeitadas a Política Nacional de Segurança de Barragens e o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, também previsto na Lei 12.334.

Texto define competência sobre sistema de viação

A competência para alterar componentes do Sistema Federal de Viação (SFV) é do Poder Executivo. A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou ontem projeto que garante a manutenção dessa atribuição sobre o sistema, que é um inventário com informações da rede de rodovias, ferrovias e hidrovias do país.

A proposta (PLS 364/2015) é do senador Douglas Cintra (PTB-PE) e seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O SFV abrange a malha arterial básica do Sistema Nacional de Viação (SNV), formada por eixos e terminais relevantes do ponto de vista da demanda de transporte,

da integração nacional e das conexões internacionais.

O projeto altera a Lei 12.379/2011, sobre o SNV, e a 10.233/2001, que trata da reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre. O principal objetivo foi excluir

as referências à necessidade de autorização legislativa para alteração dos elementos físicos que compõem o SNV.

A proposta também deixa claro que foi revogado o Plano Nacional de Viação, instituído pela Lei 5.917/1973. No relató-

rio, o senador Fernando Bezerra (PSB-PE) argumenta que a falta de revogação expressa dessa lei gerou dúvida sobre se continuariam em vigor as relações de malhas nela previstas.

O relator não concordou, entretanto, com a sugestão prevista no texto de atribuir ao Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (Conit) competência para aprovar as relações dos componentes do SFV. “Apesar de já caber a tal órgão aprovar as revisões periódicas das redes de transportes, entendemos que não lhe compete aprovar estudos técnicos e econômicos que fundamentem as alterações do SFV”, destacou.



Garibaldi Alves Filho preside reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Fabricante de veículos pode ter que fornecer identificação de peças

Os fabricantes e importadores de automóvel podem ser obrigados a fornecer aos consumidores relação com nome, marca e código de referência das principais peças do veículo, para casos de necessidade de reposição.

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou, em decisão final, projeto (PLS 125/2010) do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) com essa determinação.

O texto foi relatado por Valdir Raupp (PMDB-RO) e aprovado na forma de substitutivo que autoriza a divulgação das informações por qualquer meio, e não exclusivamente pela lista impressa no manual do veículo.

Segundo o relator, o projeto contribui para livrar o consumidor da dependência do “monopólio de fornecimento” das concessionárias credenciadas. A proposta será votada em turno suplementar na CI.

Proposta exige uso de torneira automática em banheiro coletivo

A obrigatoriedade de instalação de torneiras automáticas em banheiros de uso coletivo foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta (PLC 51/2014) segue para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Pelo projeto, todos os banheiros de uso coletivo, em edifícios públicos comerciais e residenciais construídos após

a aprovação da lei, deverão ter torneiras com dispositivo de vedação automática de água.

A iniciativa visa minimizar o risco de colapso no abastecimento. Os novos edifícios que desobedecerem a regra não receberão o “habite-se”. A fiscalização deverá ser feita por órgãos municipais.

O projeto foi relatado por Marcelo Crivella (PRB-RJ), que apresentou apenas emenda de redação.

PEC isenta de imposto imóveis alugados a templos

Proposta que isenta de IPTU imóveis alugados a templos religiosos e utilizados para cultos foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A PEC 133/2015 será agora examinada em dois turnos pelo Plenário do Senado.

O autor da proposta, senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), lembra que os templos já têm imunidade tributária, mas considera necessário explicitar que a medida vale também quando a entidade religiosa não é proprietária

do imóvel onde exerce as atividades.

“Como se sabe, os contratos de locação costumam conter previsão de transferência da responsabilidade de pagamento do IPTU do locador para o locatário. Em razão

disso, as entidades religiosas, embora imunes a impostos, acabam suportando o peso do IPTU nos casos em que não têm a propriedade dos imóveis”, esclareceu.

A PEC foi relatada pelo senador Benedito de Lira (PP-AL).

Avança exigência de lei complementar nas regras de concessões

Proposta de emenda à Constituição que estabelece a normatização das concessões e permissões de serviços públicos por lei complementar foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O autor da PEC 39/2015, Wellington Fagundes (PR-MT), entende que, ao se admitir o regramento destes serviços por lei ordinária, se impõe ao regime de concessões e permissões “uma fragilidade indevida”. Isso porque, nesse caso, segundo o senador, as normas legais podem ser objeto de alterações sem maiores restrições, inclusive por medida provisória. Segundo ele, a exigência de lei complementar traz maior segurança aos contratos e à prestação dos serviços públicos.

Estabilidade

A opinião é compartilhada por Walter Pinheiro (PT-BA), relator da PEC: “Embora inexista hierarquia entre lei complementar e lei ordinária na estrutura jurídico-normativa brasileira, o processo de elaboração da primeira espécie demanda maioria absoluta em ambas as Casas do Congresso, o que efetivamente confere uma maior estabilidade. Como decorrência, em relação ao regulamento jurídico das concessões e permissões de serviços públicos, ter-se-á maior segurança jurídica, previsibilidade e permanência da normação”.

A proposta será submetida a dois turnos de discussão e votação no Plenário.

Vai a Plenário a criação de cargos no TRT da 5ª Região

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou projeto que cria 49 cargos efetivos de analista judiciário no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 5ª Região, com sede em Salvador.

A proposta (PLC 190/2015) é do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e segue para votação no Plenário do Senado.

Assistência

Na avaliação do relator, Walter Pinheiro (PT-BA), a aprovação do projeto deverá melhorar a assistência aos cidadãos que recorrem à justiça trabalhista na Bahia. Os 49 novos servidores previstos no projeto deverão atuar na área de tecnologia da informação (TI).

Aumento de pensão para vítimas da talidomida vai para votação final

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça eleva de R\$ 360 para R\$ 1 mil o valor de referência para cálculo do benefício

UM PROJETO DE lei que estabelece um novo valor para a pensão especial paga às pessoas com deficiência física causada pela síndrome da talidomida foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta (PLS 504/2015), da senadora Sandra Braga (PMDB-AM), vai agora para votação final na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Inicialmente, Sandra havia proposto aumentar de R\$ 359,63 para R\$ 800 o valor de referência para cálculo da pensão, a ser multiplicado pelo total de pontos indicadores da natureza e do grau de dependência resultante da deficiência. No entanto, o relator do projeto, senador José Maranhão (PMDB-PB), elevou esse parâmetro para R\$ 1 mil.

“Face aos custos elevados dos medicamentos e do custo de vida das pessoas portadoras da síndrome, propomos elevar o valor para R\$ 1 mil, que, embora ainda insuficiente, minimizaria o sofrimento desses cidadãos”, considerou o relator em seu parecer.

Orçamento

O projeto sugeria a ampliação desse valor de referência a partir de 1º de janeiro de 2016. Entretanto, o senador José Pimentel (PT-CE) ponderou sobre a impossibilidade de adoção dessa data, já que a previsão de aumento do benefício não foi inserida no Orçamento deste ano nem seguiu as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Para não atrasar a tramitação, Maranhão sugeriu que a correção fosse feita na CDH. De todo modo, ele inseriu uma emenda no texto para que os efeitos financeiros da medida só sejam gerados no ano posterior à aprovação do projeto.

Sandra elogiou o parecer

à proposta e parabenizou o relator pela sensibilidade de elevar ainda mais a pensão.

— Ainda em 2012 nasceu uma criança no Brasil portadora dessa síndrome. É a quarta geração que convive com a talidomida — afirmou a senadora.

A talidomida foi um medicamento comercializado no Brasil a partir de 1958 e, quando utilizado por gestantes, causa focomelia (doença que provoca o encurtamento dos membros do feto) e problemas auditivos, de visão e na coluna vertebral.



Relator do texto, Maranhão ressaltou o gasto com remédios e o alto custo de vida dos afetados pela talidomida

Pessoas com a síndrome poderão ter aposentadoria especial

Outro benefício às vítimas da síndrome da talidomida avançou ontem no Senado. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou o Projeto de Lei do Senado (PLS) 512/2011— Complementar, que concede aposentadoria especial a pessoas afetadas pela síndrome. O projeto vai agora para votação no Plenário.

O direito vale tanto para os servidores públicos quanto para os segurados do INSS. De acordo com o texto aprovado, as vítimas da talidomida poderão se aposentar depois de 20 anos de contribuição previdenciária, independen-

temente da idade. No caso do servidor público, a proposta fixa mais duas condições: dez anos de efetivo exercício e cinco anos no cargo.

O autor do projeto, senador Paulo Paim (PT-RS), explica que a ideia é regulamentar dois artigos da Constituição: o 40, que trata da aposentadoria dos servidores, e o 201, que trata da aposentadoria dos demais trabalhadores.

Ao justificar a proposta, Paim destaca a necessidade de garantir o benefício aos portadores da síndrome porque essas pessoas têm “maiores dificuldades no desempenho das ativida-

des laborais”, pois a doença compromete a capacidade motora, afetando sobretudo braços e pernas.

O senador diz que o impacto financeiro do projeto é irrelevante, pois o número de afetados pela síndrome varia de 300 a mil pessoas, estima.

Para o relator, senador Humberto Costa (PT-PE), a proposta de Paim vai amparar as vítimas da “negligência estatal em retirar do mercado medicamentos em cuja composição se encontra a talidomida”. O relatório de Humberto foi lido pelo senador Dalírio Beber (PSDB-SC), que apoiou a proposta.

Cássio cobra apoio a hospital de João Pessoa

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) prestou solidariedade às pessoas que lutam pela continuidade



do funcionamento do Hospital Padre Zé, em João Pessoa, e cobrou da União e do governo da Paraíba o apoio financeiro para evitar o fechamento da entidade.

O senador também criticou o ministro da Saúde, Marcelo Castro, que se exonerou para reassumir a vaga de deputado e poder participar da eleição do líder do PMDB na Câmara. A manobra ocorre num momento em que a saúde precisa de atenção, disse.

Medeiros pede retomada de obras em rodovia

José Medeiros (PPS-MT) cobrou do governo federal recursos para a imediata retomada da



obra de duplicação da BR-163/364, em Mato Grosso. Ele explicou que obra está nas mãos do Dnit e de uma concessionária, mas a parte do Dnit está atrasada e as construtoras abandonaram a rodovia porque não receberam pagamento. Além disso, a concessionária está cobrando pedágio.

— Quero deixar aqui a revolta dos mato-grossenses e dizer ao Planalto que libere imediatamente os recursos.

Avança regra para importar material humano

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem o Projeto de Lei do Senado (PLS) 484/2013, que permite a importação de material biológico humano para ensino e pesquisa. Hoje a lei brasileira só admite a importação para fins terapêuticos. A proposta ainda passará por votação em duas comissões.

De autoria do senador Eduardo Amorim (PSC-SE), o projeto estabelece regras para a importação desse material destinado ao ensino e à pesquisa. A compra precisa estar de acordo com a legislação dos países de origem e de procedência. Também precisa atender às normas brasileiras, conforme emenda da relatora, Ana Amélia (PP-RS).

O projeto relaciona os materiais que podem ser

importados, entre os quais células-tronco, sangue, linfa e cadáveres. Esses materiais não poderão ser retirados de pessoa não identificada nem de vítima de morte por causa externa ou indeterminada.

No caso de incapaz, a proposta só admite a retirada do material mediante autorização do país de procedência.

Uma segunda emenda da relatora acrescenta a necessidade de autorização dos responsáveis legais e da obediência à legislação do país de origem e do Brasil.

Carência

Ao justificar a iniciativa, Amorim argumenta que há carência de material humano para pesquisa e ensino nas universidades brasileiras, problema que pode ser resolvido com

a aprovação da proposta. Já a relatora destaca a importância de estabelecer normas rigorosas para controle da atividade, pois o material pode carregar agentes infecciosos e facilitar a introdução de doenças no território nacional.

Ana Amélia também justifica as duas emendas que apresentou: “Do ponto de vista bioético, é mais apropriado dar tratamento uniforme à obtenção do material, exigindo-se o atendimento das normas éticas e legais do Brasil e dos países exportadores”, argumentou.

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) será a próxima a analisar o projeto. Depois, a proposta seguirá para a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para decisão final.

Comissão aprova organização própria da educação para índios

Um projeto que institui territórios étnico-educacionais (TEEs) como forma facultativa de organização da educação escolar indígena foi aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O autor da proposta (PLS 737/2015) é Telmário Mota (PDT-RR).

Os territórios étnico-educacionais compreendem terras indígenas, ainda que descontínuas, que sejam ocupadas por povos que mantêm relações caracterizadas por raízes históricas, relações políticas e econômicas, filiações linguísticas e práticas culturais compartilhadas. Esses territórios podem proporcionar aos povos indígenas a oportunidade de

participar da definição dos caminhos pedagógicos a serem percorridos, argumenta Telmário.

— A educação escolar indígena está hoje sem norte, sem estrutura e sem recursos. Um exemplo é Roraima, onde, das 361 escolas indígenas, 251 não têm nem autorização para funcionar. Não têm assistência ou apoio logístico consistente — diz o senador.

Para Telmário, a inclusão dos TEEs como uma alternativa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) poderá minorar as dificuldades.

O relatório aprovado foi elaborado por Benedito de Lira (PP-AL). O texto segue para a Comissão de Educação e Cultura (CE).